

O “BRINQUEDO DIVINO”: A ILUSÃO EM WINNICOTT¹

THE “DIVINE TOY”: THE ILLUSION IN WINNICOTT’S THINKING

Elsa Oliveira Dias

Presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana

Diretora de ensino e formação do Centro Winnicott de São Paulo

elsadias@uol.com.br

RESUMO: O estudo examina o conceito de ilusão, em Winnicott, focalizando em especial a ilusão de onipotência que caracteriza o estágio de dependência absoluta de um bebê que recebe cuidados suficientemente bons. Tenta-se mostrar que, longe de ter o sentido de erro, engano ou desfiguramento da realidade — tal como em toda a tradição ocidental, incluída aí a psicanálise freudiana que a toma sob o signo do infantilismo —, essa experiência de ilusão é um elemento positivo, essencial na constituição do indivíduo, e que nela se enraízam tanto a capacidade de “acreditar em....” como a de estabelecer relações significativas com a realidade externa.

PALAVRAS-CHAVE: Winnicott; Ilusão; Crença; Objetividade; Realidade Externa.

ABSTRACT: The study examines the concept of Illusion developed by Winnicott highlighting especially the illusion of omnipotence, which characterises the stage of absolute

dependency of a baby receiving sufficiently good devotion. We try to show that — even not having a sense of failure, deception or contortion of reality as can be found in every occidental tradition including the Freudian psycho-analysis, which classifies it under the signal of childishness — this experience of illusion is a positive element within the development of the individual and that there the whole capacity of “believe in ...” is rooted, as well as the capacity of establishing significant relationships with the external reality.

KEY-WORDS: Winnicott; Illusion; Believe; Objectivity; External Reality.

“O tédio... é talvez, no fundo, a insatisfação da alma íntima por não lhe termos dado uma crença, a desolação da criança triste que intimamente somos, por não lhe termos comprado o brinquedo divino. (...) O tédio é uma falta de mitologia. A quem não tem crenças, até a dúvida é impossível, até o cepticismo não tem forças para desconfiar. Sim: o tédio é isso: a perda, pela alma, da sua capacidade de se iludir, a falta, no pensamento, da escada inexistente por onde se sobe, sólido, à verdade.”

Bernardo Soares, Livro do Desassossego

“Essa ilusão (...) pode ser a base essencial de toda a verdadeira objetividade (...), a base não apenas da percepção interna, mas também de toda a percepção verdadeira do meio ambiente.”

D. W. Winnicott

Há um conceito de ilusão em Winnicott que, longe de ter o sentido de erro, engano ou desfiguramento da realidade — tal como em toda a tradição ocidental, incluída aí a psicanálise freudiana que a toma sob o signo do infantilismo —, é um elemento positivo, essencial na constituição do indivíduo, e fundamento da capacidade de estabelecer relações significativas com a realidade externa. Trata-se da “ilusão de onipotência” que caracteriza a fase de dependência absoluta de um bebê bem cuidado: quando a mãe responde de maneira adaptativa ao gesto espontâneo — em que o bebê busca algo em algum lugar —, ele sente como se o seio e o leite fossem o resultado de seu próprio gesto e faz a experiência de *criar aquilo que encontra*. A mãe sabe que aquilo que o bebê criou, de acordo com a necessidade, foi

na verdade encontrado, mas ela tem o compromisso de jamais lhe perguntar se ele encontrou ou criou o objeto. O paradoxo é inerente, diz Winnicott; não está aí para ser resolvido, mas para ser sustentado e suportado.

É, portanto, por sua adaptação absoluta às necessidades do bebê que a mãe realiza o que talvez seja a sua mais importante tarefa: a de introduzir o bebê na *ilusão* de que é ele o criador do mundo de que necessita. Pela experiência contínua da confiabilidade ambiental, que protege a continuidade de ser da criança e preserva o mundo subjetivo em que ela habita, a ilusão de onipotência do início perde gradualmente o teor *onipotente*, característico da fase de dependência absoluta, e se transforma, aos poucos, numa crença. Referindo-se, por exemplo, à etapa em que o bebê alcança uma identidade unitária, Winnicott afirma que “o bebê adquire um interior e um exterior; a confiabilidade do meio ambiente passa então a ser uma crença, uma introjeção baseada na experiência de confiabilidade (humana e não mecanicamente perfeita)” (1968d, p.86). De que crença se trata? Não de uma crença nisto ou naquilo, mas na capacidade de acreditar em... “Eu me apego a essa frase feia”, diz Winnicott, “incompleta, acreditar em...” (1963d, p.89). A frase, naturalmente, tende a ser completada com o tempo, mas o processo de completá-la é secundário, pois o que importa, e do que todo o resto depende, é daquilo que está na base, a simples capacidade de acreditar em... Bem mais tarde, esse bebê, que recebeu as condições necessárias para começar a existir como pessoa real, crescerá e saberá “quão precário era tudo!” (1988, p.179).

O atendimento de bebês e suas mães e o estudo — mediante observação e cuidado, no setting analítico —, das várias formas de impossibilidade de viver dos psicóticos, mostrou a Winnicott que é através dessa crença fundamental que o homem comum e saudável se sente real, habita num mundo real e pode relacionar-se com a realidade externa, sem perda do sentido pessoal da existência.

Se a dificuldade, nas psicoses, é o contato com a realidade, isto se deve não a uma denegação ou rompimento com uma certa porção intolerável da realidade — o que seria dar por suposto que a realidade enquanto tal teria sido encontrada, e depois amputada pela censura, —, mas exatamente à falta da experiência de ilusão de onipotência. É esta que fornece as bases para a capacidade de relacionar-se com a realidade objetivamente percebida, sem ser por ela aniquilado. Deparamo-nos, aqui, com a idéia — insólita eu diria, ao menos no que se refere à psicanálise tradicional —, de que, para Winnicott, não é a presença, mas exatamente a ausência de capacidade para a ilusão o que, em última análise, está na base das patologias psicóticas.

OS SENTIDOS DE REALIDADE E O SENTIMENTO DE REAL (*FEELING OF REAL*)

Qualquer consideração sobre o conceito de ilusão remete ao conceito de realidade nele implicado. Uma análise dessa temática exigiria um tratamento filosófico que, em rigor, escapa à minha competência e à alçada deste artigo. Pode-se dizer, contudo, que a questão da realidade concerne a todos os seres humanos, estando

nela envolvidos, de maneira crucial, os bebês e os psicóticos e, num outro sentido, nem sempre tão crucial, também os filósofos. No que se refere à teoria winnicottiana: a) há não apenas um, mas vários sentidos de realidade; na saúde, esses vários sentidos vão sendo constituídos no decorrer do processo de amadurecimento, tendo na base, como condição *sine qua non*, o sentido subjetivo da realidade; b) o que rege a existência do ser humano, tanto no início da vida como no decorrer dela, não é o princípio de prazer, mas a necessidade de ser, de continuar a ser, de sentir-se real e de poder habitar num mundo real.

Segundo Winnicott, o *sense of real* e o *feeling of real* não advêm do que Freud chamou de princípio de realidade, entendida esta no sentido da realidade que é representável, perceptível, visualizável, dizível. Ao contrário, o chamado “princípio de realidade”, que, na redefinição de Winnicott, “é o fato da existência do mundo, independentemente de o bebê tê-lo criado ou não (1986h, p.32), é, para este autor, “o arquiinimigo da espontaneidade, da criatividade e *do sentido de real*.” (1984i, p.241) Sentir-se real, sentir que o mundo é real e poder transitar entre um e outro dos sentidos de realidade — a realidade do mundo subjetivo, a terceira área da experiência (transicionalidade) e a realidade do mundo objetivamente percebido — são possibilidades que derivam do fato de o indivíduo ter iniciado a vida fazendo a experiência do primeiro e fundamental sentido de realidade: a do mundo subjetivamente concebido, através da ilusão de onipotência. Um homem de quarenta anos, que não teve constituída a capacidade para a ilusão básica, e cuja total desconfiança corrói qualquer realidade, disse-me: “Fui

socializado antes de me tornar uma pessoa. Sei muito bem o que se espera de mim e cumpro meus deveres com exatidão, mas nada, jamais, fez qualquer sentido. Não sei porque vivo ou continuo vivendo.” Este homem não tem problemas com o princípio de realidade, mas padece da falta do sentimento de real.

Existem pessoas, assinala Winnicott, para quem “a possibilidade de serem chamados de doidos, de alucinados, faz com que se aferrem à sanidade; agarram-se a uma objetividade que se poderia denominar realidade compartilhada (...)” (1986h, p.41). Agarram-se a ela devido à permanente ameaça de não saberem de si, de se sentirem irrealis; não tendo nenhuma relação direta consigo mesmos, colam-se às regras e aos padrões da realidade externa como um roteiro ou *script* para a vida, um parâmetro do que são ou do que fazem. Mas, no sentido humano, “objetividade é um termo relativo, porque aquilo que é objetivamente percebido é, por definição, subjetivamente concebido.” (1971g, p.96) Não há nem pode haver objetividade absoluta no que se refere às questões humanas. Como a capacidade para a percepção da realidade objetiva, enquanto externa e separada do eu, está fundada no senso e no sentimento de real fornecidos pela morada no mundo subjetivo do início, toda objetividade é, ao mesmo tempo, subjetividade. Se assim não fosse, cairíamos numa espécie de fisicalismo inteiramente desprovido de sentido, além de inóspito, presos a uma perceptividade inteiramente objetivada e, nesse sentido, paradoxalmente irreal, como é o caso, por exemplo, da moça esquizofrênica, Renée, tratada por M. Sechehaye.

No relato de seu sentimento de irrealidade, Renée descrevia o modo como via uma amiga: “Eu a via tal qual era e, apesar disso, já não era ela.” (Sechehaye, 1988, p.122). Ou seja, no nível objetivo, Renée reconhecia a amiga, mas, ao mesmo tempo, esta tornara-se estranha. A percepção, como capacidade mental, permanece intacta, mas tudo fica permeado por uma total estranheza; não se perde a objetividade, mas a familiaridade, a intimidade, o sentido. Ilustrando ainda o fato de que é apenas dentro de um mundo, como um todo de significações, que as pessoas e as coisas remetem umas às outras e adquirem sentido humano, Renée diz em outro trecho do seu relato: “Os objetos e pessoas, com seus gestos e seus ruídos, tornavam-se artificiais, separados uns dos outros, sem vida, irrealis.” (Sechehaye, 1988, p.133). Esse é o motivo pelo qual Winnicott afirma, como se pode ver da epígrafe a este trabalho, que a ilusão inicial é a base essencial para toda a verdadeira objetividade, o que aqui significa: para a objetividade humana.

No início da vida, o bebê não tem nenhum sentido de real constituído e começa a viver num mundo subjetivamente real. Com o tempo, pela própria tendência ao amadurecimento, ele irá constituir um outro sentido de realidade, o da externalidade, mas isto só será possível sobre a base da realidade do mundo subjetivo:

De início, o relacionamento é com um objeto subjetivo e é uma longa jornada daqui até o desenvolvimento e estabelecimento da capacidade de se relacionar com um objeto que é percebido objetivamente e que tem a possibilidade de ter uma existência separada, uma

existência exterior ao controle onipotente do indivíduo” (1963c, p.202).

Nenhuma objetividade, por concreta que seja, é capaz de fornecer ao indivíduo uma crença na realidade das coisas e do si-mesmo que tenha a mesma qualidade e consistência daquela que deriva das experiências na área de ilusão de onipotência e que é instaurada anteriormente à aquisição da consciência da existência externa de objetos e do mundo. A crença na realidade é condição de possibilidade para a posterior constatação intelectual da existência da realidade externa. Mas essa constatação jamais substitui a crença básica. Aplicando Winnicott às palavras do poeta que estão transcritas na epígrafe deste estudo, pode-se dizer que é a experiência de ilusão de onipotência, no início da vida, que provê o indivíduo, “da escada inexistente por onde se sobe, sólido, à verdade”.

A ÁREA DE ILUSÃO DE ONIPOTÊNCIA

A questão da ilusão básica é frequentemente associada às experiências da transicionalidade, tema pelo qual Winnicott tornou-se conhecido. Não resta dúvida que essas experiências pertencem à área de ilusão e que os fenômenos transicionais — o brincar, o simbolizar e as atividades culturais — derivam dessa área de ilusão básica; no decorrer do amadurecimento, eles constituirão a chamada “terceira área de experiência”, que, aliás, quando há saúde, é o lugar

em que habitualmente vivemos, para poder descansar da eterna tarefa de separar o que é objetivo do que é subjetivamente concebido. Contudo, da perspectiva da totalidade da obra winnicottiana, deve-se assinalar que não apenas as experiências de ilusão de onipotência começam muito antes de os fenômenos da transicionalidade começarem a acontecer e de a capacidade para simbolizar e brincar se estabelecerem como capacidades do indivíduo, como são condição de possibilidade destas. Winnicott explicita esse ponto quando, descrevendo as conquistas iniciais, alude “aos passos iniciais do bebê nas relações objetais que *levam à capacidade de adotar objetos simbólicos e à existência de uma área entre o bebê e as pessoas, na qual o brincar é significativo*” (1996c, p.192; *itálicos meus*).

Já no início da vida, sobretudo durante os estados excitados da amamentação, cabe à mãe suficientemente boa a tarefa de introduzir e manter o bebê, durante o tempo adequado, num mundo subjetivo em que este faz a experiência da *ilusão* de onipotência.² Essa ilusão é necessária, diz o autor, pois “toda criança precisa tornar-se capaz de criar o mundo (a técnica adaptativa da mãe faz com que isso seja sentido como um fato); caso contrário, o mundo não terá significado” (1984b, p.116). A mãe é capaz dessa “técnica” em virtude de sua capacidade de regredir até o estado primitivo do bebê e de identificar-se com ele. Isso se dá, sobretudo, devido ao seu estado natural de “preocupação materna primária”, relacionado à gravidez.

Os cuidados maternos que mantêm o bebê na área da ilusão de onipotência estão direcionados sobretudo no

sentido de evitar que o bebê seja surpreendido com um sentido de realidade para o qual ainda não está preparado. A mãe protege o bebê da irrupção de qualquer amostra da realidade externa, incompreensível para ele, e impossível de ser abarcada no âmbito de sua onipotência. Devido a sua extrema imaturidade, o bebê só pode fazer experiências, sentidas como reais, no único sentido de realidade para o qual está preparado: a realidade do que é subjetivo. No mundo subjetivo, tudo o que chega ao bebê deve ter o caráter de objeto subjetivo, ou seja, como resposta ao seu movimento, ele encontra o objeto de tal modo que tem o sentimento de ter *criado* o que precisa, no momento em que precisa. O objeto chega ao bebê *no momento exato* em que a necessidade aponta e é do tamanho exato da sua possibilidade de receber e assimilar *como parte dele, naquele preciso instante*. Em suma, os objetos subjetivos são de tal natureza que o bebê não é afrontado com algo que ele não pode abarcar na experiência: eles não surpreendem, não causam sobressaltos, isto é, não são extemporâneos no sentido de imprevisíveis. Sua forma de presença é tal que não denuncia o caráter externo de sua existência e, desse modo, eles não extrapolam o âmbito da experiência subjetiva do bebê. Por tudo isso, o objeto subjetivo é confiável e, nesse sentido, real. É também esse o sentido da “onipotência” na expressão ilusão de onipotência.

Como se vê, o bebê faz, no mundo subjetivo, a experiência de um controle total sobre os objetos. Do ponto de vista dele (que nem existe ainda como um eu, para poder ter um

ponto de vista), trata-se de um mundo mágico, onde as exigências do mundo objetivo ainda não fizeram a sua inscrição. O seio aparece quando a fome aponta, e desaparece quando a tensão cessa. Mas, note-se: o fato de o mundo subjetivo ser mágico não quer dizer que ele é regido pelo princípio do prazer; ilusão de onipotência não significa a satisfação dos desejos bebê, mesmo porque este não tem ainda maturidade suficiente para algo tão sofisticado quanto desejos, que são mais próprios de um eu já integrado. O mundo subjetivo é mágico porque a mãe, por identificar-se com seu bebê, adapta-se ao tempo e à capacidade dele, reconhece as suas necessidades e responde a elas, de um modo que só é possível para um ser humano vivo, que entra em contato íntimo com sua criança e que se comunica com ela num nível pré-verbal, pré-representacional e pré-simbólico. O que está em pauta, neste momento inicial, na relação mãe-bebê não é o prazer, mas a qualidade da presença e da comunicação que possibilita experiências reais. Quando as condições de apoio de ego são satisfatórias, diz Winnicott, “os impulsos instintivos, quer satisfeitos ou frustrados, tornam-se experiências do indivíduo.” (1965vd, p.217).

Protegido no mundo subjetivo, o bebê faz inúmeras experiências na área de ilusão de onipotência e são essas experiências que possibilitam a integração gradual das várias “dissociações”, inerentes ao estado não-integrado. Mais: permitem “curar” a cisão básica, da qual falarei adiante, inerente à natureza humana, que não pode ser extinguida, mas para a qual podem, gradualmente, ser

construídas as pontes que ligam o mundo subjetivamente concebido ao mundo objetivamente percebido.

A seu tempo, o bebê terá que aceitar o fato da existência externa do mundo, sobre o qual ele não terá controle, e esse processo de desilusão é fundamental. Segundo Winnicott, é inteiramente errado pensar que a aquisição do sentido de realidade, pela criança, depende da insistência da mãe quanto à natureza externa e objetiva das coisas do mundo externo. Somente após uma bem instalada capacidade para a ilusão, é possível esperar que, aos poucos, a criança seja capaz de aceitar a existência independente do mundo externo e de assimilar as desilusões: “A adaptação ao princípio de realidade deriva espontaneamente da experiência de onipotência dentro da área que faz parte do relacionamento com objetos subjetivos.” (1965j, p.164) Numa carta a Meltzer, de 1966, Winnicott escreve: “É verdade que as pessoas passam a vida sustentando o poste onde estão apoiadas, mas, em certo ponto da fase inicial, tem de existir um poste que se mantenha por conta própria, do contrário, não há introjeção de confiança”(1966, p.137).

Há uma tendência bastante geral a se pensar que, na teoria winnicottiana, tal como no senso comum, a desilusão é um processo de quebra da ilusão, mas isso não é correto. Segundo o autor, o que o bebê deixa para trás ao amadurecer, não é a ilusão básica, que permanece, mas a ilusão *de onipotência*. Com o tempo, surgirá, na criança, a compreensão intelectual de que a existência do mundo é anterior e independente dela, de que o mundo sempre esteve lá e

continuará lá após a sua morte. Contudo, o *sentimento* de que o mundo foi criado pessoalmente, e pode continuar a ser criado, não desaparece. Ao defrontar-se com o fato da separação, da externalidade e da falta de controle sobre o mundo compartilhado, o indivíduo retém a capacidade para a ilusão exercendo naturalmente a criatividade que “é a manutenção, através da vida, de algo que pertence à experiência infantil: a capacidade de criar o mundo” (1986h, p.32).

Uma linda passagem de Pontalis, em seu livro autobiográfico, ilustra, além de muitos outros pontos, o modo como um adulto, que foi introduzido na ilusão de onipotência, crê na realidade em que vive:

Ao me levantar, aprecio o chuveiro que, pela graça da água, restitui-me a pele e me extrai vivamente dos limbos da noite; depois, o café tomado no balcão - “Forte?” “Sim, bem forte, obrigado Pierre”; depois o cumprimento à pequena Choupette e à sra Gisou quando pego minha correspondência na rua Sebastien-Bottin. O acidente, nesses começos de meus dias, seria que eles me faltassem, esses hábitos inocentes. Sei que quando tiver esquecido as centenas de manuscritos lidos, os livros editados, os rostos dos autores encontrados, são eles que ficarão. De que evidência, de que confiança serão eles portadores para que, uma vez adquirida a certeza de que eles comparecerão ao encontro, eu vá com um passo mais vivo e tranqüilo, tendo, ancorada em mim, a ilusão de saber aonde vou? Pressinto que, privado desses pequenos sinais de vida considerados insignificantes, erraria como uma alma privada de um lugar onde habitar...” (Pontalis, 1986, p.130).

O paradoxo contido na ilusão de onipotência consiste em que aquilo que o bebê cria é, na verdade, encontrado por ele e já estava lá antes de ele tê-lo criado. Mas, além disso, aquilo que o bebê cria não é exatamente aquilo que a mãe forneceu, do mesmo modo que jamais encontramos na realidade externa aquilo que concebemos no mundo subjetivo. Este problema jamais terá solução. É inerente à natureza humana e, ao longo da vida, teremos sempre que nos haver com ele. Através do estudo das psicoses, Winnicott chegou a um fundo do humano que era inaparente nas neuroses ou na saúde. Esse fundo revela que o problema do contato com a realidade jamais se extingue ou chega a ser superado.

A CISÃO ESSENCIAL

O lugar da ilusão no processo de amadurecimento pode ser compreendido através de um aspecto central da concepção winnicottiana de ser humano: a de o homem ser cindido já na raiz. Essa cisão, inerente à natureza humana, não é resultado de um conflito pulsional e não é patológica em si mesma. Numa passagem do livro de Winnicott, *Natureza Humana*, encontra-se a seguinte afirmação: “A cisão é um estado essencial em todo ser humano, mas não é necessário que ele se torne significativo...” (1988, p.158) Trata-se, portanto, de uma cisão básica, que está na raiz mesma da existência humana e que permanece como fundamento imutável, inultrapassável, constituinte da própria essência

do humano: ao mesmo tempo em que existe uma solidão essencial, um fundo intocável, eternamente imune a qualquer comunicação com a realidade externa ou a qualquer objetivação pelas categorias da realidade externa, uma outra parte do indivíduo é lançada na luz do mundo, para que seja possível nele habitar, para que a vida, que inclui viver na proximidade das coisas e com-o-outro, possa se instaurar e acontecer.

As várias formas de cisão patológica, assim como as dissociações normais — as do estado de não-integração do início e as que dele derivam —, estarão sempre sendo configuradas, a partir da cisão essencial, na forma de duas vertentes que vão em direções opostas. Enquanto uma metade do *split* vai na direção de simplesmente ser, da solidão, da quietude, do verdadeiro si-mesmo, a outra metade vai na direção da realidade externa, da busca de objeto, dos estados excitados, do fazer, do falso si-mesmo. Esta forma de partição encontra seu fundamento na própria concepção winnicottiana de natureza humana.

Mas essa cisão, dirá Winnicott, só se torna significativa — ou seja patológica, algo que precisa sempre ser levado em conta —, quando a falha ambiental, da qual decorre a interrupção do processo de amadurecimento, “exacerba ao invés de curar a cisão na pessoa do bebê.” (1988, p.128) Isto leva a que, na saúde, quando o processo de integração segue o seu curso, a cisão é, aos poucos, absorvida e “curada”. Vejamos a citação completa: “A cisão é um estado essencial em todo ser humano, mas não é necessário que ele se torne significativo *se a camada protetora de ilusão tornou-se possível através do cuidado materno.*” (itálicos

meus) O que é, portanto, que “cura” ou que permite que a cisão essencial seja aos poucos absorvida? É o prosseguimento do processo de amadurecimento tendo na base, e mantida, a *ilusão de criar o mundo*, a capacidade de acreditar em..., a despeito de o processo de desilusão seguir o seu curso. Mas, se o ambiente fracassa em fornecer cuidados confiáveis, o bebê é sistematicamente confrontado com algo para o qual não está preparado e tem interrompida a sua continuidade de ser. Nesse caso, a ilusão básica não se estabelece como experiência; ao contrário, a cisão se exacerba: enquanto o si-mesmo verdadeiro, que é a sede da espontaneidade, se retrai e se isola, um si-mesmo falso, artificialmente construído, fica encarregado de lidar com a realidade externa e com a ameaça de invasão que advém dela. Desse modo, o falso si-mesmo protege o verdadeiro, para que este nunca mais volte a ser ferido. O indivíduo que, de qualquer modo, continua a crescer física e intelectualmente, embora não como existência psicossomática, nunca se sente preparado para coisa alguma, na medida em que, operada a cisão, ele tem que seguir em adiante desprovido da ilusão básica, ou seja, sem que seu si-mesmo esteja disponível para a experiência. Esse é o caso do bebê que “desistiu”, perdeu a esperança na possibilidade de comunicação. Para aqueles que não puderam desenvolver a capacidade de acreditar em... a vida toda, com seu movimento, sua desordem essencial, sua imprevisibilidade básica, torna-se uma espécie de cilada potencial da qual é preciso precaver-se. Viver torna-se uma tarefa permanente de evitar o imprevisível. É isso que

Winnicott quer significar quando diz que “a falha exacerba ao invés de curar a cisão na pessoa do bebê”.

Nos casos favoráveis, a par da *compreensão intelectual* de que o mundo existe por conta própria (e, de modo algum, tal qual o conceito), permanece na pessoa o *sentimento* de que o mundo foi pessoalmente criado por ela, e que continua a ser possível achar ou recriar o nicho em que se possa levar uma existência pessoal. O que propicia esse sentimento é a “camada protetora de ilusão”; é ela que permite ao indivíduo manter-se criativo e preservar o sentimento da criação pessoal do mundo. Isso ocorre com os bebês que tiveram:

A sorte de contar com uma mãe, cuja adaptação ativa à necessidade foi suficientemente boa. Isto os capacita a *terem a ilusão* de realmente encontrarem aquilo que eles criaram. Finalmente, depois que a capacidade para o relacionamento foi estabelecida, estes bebês podem dar o próximo passo rumo ao reconhecimento da solidão essencial do ser humano. Mais cedo ou mais tarde, um desses bebês crescerá e dirá: ‘Eu sei que *não há nenhum contato direto entre a realidade externa e eu mesmo, há apenas uma ilusão de contato*, um fenômeno intermediário que funciona muito bem quando não estou muito cansado. A mim não importa nem um pouco se aí existe ou não um problema filosófico’. (1988, p.135; itálicos meus)

Por outro lado, continua Winnicott, existem os bebês que tiveram experiências menos afortunadas e estes:

Vêm-se realmente aflitos pela idéia de que não há nenhum contato direto com a realidade externa. Pesa sobre eles, o tempo todo, uma ameaça de perda da capacidade de se relacionar. Para eles, o problema filosófico torna-se e permanece sendo vital, uma questão de vida ou morte, de comer ou passar fome, de alcançar o amor ou perpetuar o isolamento. (1988, p.135).

O estudo e tratamento das pessoas que padecem de distúrbios psicóticos nos ensinam acerca dos pré-requisitos para a relação com a realidade externa. A questão central, nos psicóticos, é a constituição do si-mesmo unitário e o contato com a realidade externa. No início, esse contato não existe, nem pode existir, dada a extrema imaturidade do bebê e Winnicott dedica-se a descrever, através das minúcias dos estágios iniciais do amadurecimento, como o contato é favorecido pelo ambiente facilitador e gradualmente estabelecido. Chegamos agora a um resultado surpreendente: esse contato, como realidade efetiva, não existe. É fruto da ilusão propiciada, no início, pela mãe. Vistos em sua pura objetividade, a realidade externa e seus objetos não fazem nenhum sentido, estão irremediavelmente separados do mundo subjetivo. A única ponte possível é aquela em que, através da ilusão, eles possam ser criados e continuem a ser reinventados pelo indivíduo. Como diz Winnicott, toda criança precisa tornar-se capaz de criar o mundo, caso contrário, o mundo não terá significado. Criar é “trazer à existência”. De onde? Da não existência: “É apenas da não-existência que a existência pode começar” (1974, p.76) De um lado, o nada originário e a solidão essencial; de outro, a tendência inata

à integração e à relação com a realidade externa. Esta cisão pode ser absorvida, isto é, pode tornar-se não significativa, mas não pode jamais ser extinguida ou curada. Ela permanecerá sempre, irremissível: pertence intrinsecamente à natureza humana.

Esse tema permeia todo o pensamento de Winnicott. Já em 1948, ele dizia que, enquanto há vida, cada um de nós sente que a questão do contato cru com a realidade é vital e lidamos com ela de acordo com a maneira pela qual a realidade nos foi introduzida no início. Mas, a menos que estejam muito cansadas ou doentes, as pessoas, em geral, não sabem que existe um problema de relacionamento com a realidade. E pergunta:

Não é em geral através da criação artística e da experiência artística que mantemos as necessárias pontes entre o subjetivo e o objetivo? É por esta razão, acrescento eu, que valorizamos tão intensamente a solitária batalha do criador em qualquer campo da arte. Para todos nós, assim como para ele mesmo, o artista está sempre vencendo brilhantes batalhas em uma guerra que, na verdade, não tem fim possível. O fim consistiria em descobrir algo que não é verdade, ou seja, que o que o mundo oferece é igual ao que o indivíduo cria. (1948b, p.251)

Há pessoas que, devido a uma experiência inicial extremamente deficitária, não chegaram nem ao menos a habitar num mundo subjetivo ao qual retornar para descanso e no qual se reabasteceriam de experiências do si-mesmo verdadeiro. Nesses casos, uma descrença profunda esgarça

qualquer realidade. Esse estado de coisas transparece, de forma brutal, no início da obra *Ferdydurke*, do autor polonês Gombrowicz:

Naquela terça, despertei nesse momento sem alma e sem graça em que a noite se acaba e a aurora não pode ainda nascer. Acordado em sobressalto, quis pegar um táxi para a estação, parecia-me que eu devia partir, mas, no último minuto, compreendi com dor que não havia na estação nenhum trem para mim, que nenhuma hora havia soado. Permaneci deitado numa claridade turva, meu corpo tinha um medo insuportável e oprimia meu espírito, e meu espírito oprimia meu corpo e cada uma das minhas fibras se contraíam ao pensamento de que nada passaria, de que nada mudaria, nada jamais aconteceria e que, qualquer que fosse o projeto, não sairia nada de nada. Era o medo do nada, o pânico diante do vazio, a inquietude diante da inexistência, o recuo diante da irrealidade... (Gombrowicz,1973)

Existe um outro tipo de pessoas para as quais, provavelmente, as experiências iniciais do mundo subjetivo foram intensamente reais, mas o ambiente talvez tenha falhado em promover o processo de desilusão mantendo ao mesmo tempo intacta a criatividade originária, ou seja, o sentimento de poder criar o mundo. Para essas pessoas, nenhuma realidade, por concreta ou palpável que seja, fornece um sentimento de realidade comparável ao que ele é capaz de provar no contato com o mundo subjetivo. Winnicott assinala que talvez seja esse o significado das experiências de isolamento

ou de reclusão mística, as quais põem o indivíduo “em posição de se comunicar secretamente com fenômenos e objetos subjetivos, a perda de contato com o mundo da realidade compartilhada sendo contrabalançada por um ganho em termos de se sentir real.” (1965j, p.169). Numa carta ao poeta brasileiro Ronald de Carvalho, escreve Fernando Pessoa:

A má sensibilidade dói-me. Por certo que outrora nos encontramos e, entre a sombra de alamedas, dissemos um ao outro em segredo o nosso comum horror à Realidade. Lembra-se? Nós éramos crianças. Tinham-nos tirado os brinquedos, porque nós teimávamos que os soldados de chumbo e os barcos de latão tinham uma realidade mais precisa e esplêndida que os soldados-gente e os barcos que são úteis ao mundo. Nós andamos animados longas horas pela quinta. Como nos tinham tirado as coisas onde púnhamos os nossos sonhos, pusemos-nos a falar delas para as ficarmos tendo outra vez. E assim tornaram a nós, em sua plena e esplêndida realidade — que paga de seda para os nossos sacrifícios —, os soldados de chumbo e os barcos de latão; e através de nossas almas continuaram sendo, para que nós brincássemos com eles. (Pessoa, 1999, p.151)

Winnicott diz que, entre as pessoas cuja dificuldade central é o relacionamento com a realidade, é possível vislumbrar dois grupos: as pessoas esquizóides e as extrovertidas (entenda-se, os fronteirios cuja defesa central é o falso si-mesmo patológico); ambas sofrem da impossibilidade de

viver e carregam uma profunda insatisfação consigo mesmas. “Esses dois grupos de pessoas”, diz o autor:

Procuram-nos em busca de psicoterapia, no primeiro caso, para evitar o desperdício de suas vidas irrevogavelmente fora de contato com os fatos da vida e, no segundo caso, porque se sentem alheias ao sonho. Têm a sensação de que algo está errado, de que existe uma dissociação em suas personalidades e precisam de auxílio no sentido de alcançar um *status* unitário ou um estado de integração espaço-temporal, onde existe um eu (si-mesmo), que contém tudo, ao invés de elementos dissociados colocados em compartimentos, ou dispersos e abandonados. (1971g, p. 98)

Foi exatamente em função desses casos que Winnicott procedeu a uma revisão crucial da tarefa terapêutica. Instruído, pelo cuidado clínico de psicóticos fronteirios, sobre as necessidades primitivas que, na verdade, fazem parte de cada ser humano, Winnicott redefiniu o papel do analista: este deverá privilegiar uma outra função do que aquela para a qual a análise foi originalmente concebida, a saber, a interpretação de conflitos inconscientes.

Há alguns indivíduos, como foi mencionado anteriormente, sobre os quais pesa o tempo todo uma ameaça de perda da capacidade de se relacionar ou de perda do sentido de real. Para eles, o *setting* analítico terá que oferecer, pela primeira vez em suas vidas, experiências simples mas essenciais, que só podem ocorrer num ambiente que se caracteriza pela confiabilidade e que não foram possíveis no ambiente original;³ nem eles mesmos sabem bem sobre sua necessidade

pois, na desesperança de serem atendidos, a necessidade foi abafada, retida e, muitas vezes, camuflada em auto-suficiência. São esses os casos em que a experiência de ilusão de onipotência foi inexistente ou precária. A capacidade de confiar, de acreditar em... foi minada na raiz, feneceu antes de ter sido estabelecida. A própria análise está envolvida nessa descrença quanto à possibilidade de uma comunicação verdadeira. O paciente psicótico tornou-se desesperançado e, num certo sentido, ele luta contra a esperança, pois esta é a vizinha mais próxima da decepção; na verdade, sem dar por isso, ele organiza toda a sua vida em torno de evitar a repetição da agonia impensável que está na raiz de tudo.

A responsabilidade que nos cabe como analistas, nesses casos, consiste em saber se podemos dar sustentação a toda uma fase de dependência absoluta, em que essas pessoas possam viver, por um tempo indeterminado, num mundo subjetivo, ou seja, na área de ilusão de onipotência, protegidas da irrupção de qualquer amostra da realidade externa. Teremos que ser objetos subjetivos, para o paciente, e suportar o fato de não existirmos para ele, como pessoas separadas, sabendo, ao mesmo tempo, que nossas atitudes os afetam imediatamente.

A confiabilidade ambiental inclui darmos continuidade ao processo terapêutico, às vezes a despeito da instabilidade que o paciente traz devido à desesperança; inclui, ainda, sermos consistentemente nós mesmos, o que significa que, mais do que de inteligência ou esperteza, o que o paciente precisa é de interesse genuíno e autenticidade. Tanto o

bebê como o paciente nessas condições, necessitam de um “seio” que é e não de um “seio” que faz.

Mas, a par da identificação com o paciente e da espontaneidade, que não pode ser infantil, guardamos um lugar adulto que nos permite, a despeito de nossas vicissitudes particulares, continuar a cuidar do paciente, vivos e respirando. Temos sempre em mente que tudo o que de mais importante acontece, nessa etapa, se dá no pré-verbal. Andamos com o paciente por onde ele anda, mas o que importa é que estamos lá, na hora marcada, sem imprevisto, esperando que a repetição regular da experiência vá tecendo vagarosamente, nele, o sentido da presença.

É sobre esses casos que Winnicott afirma que o analista tem, muitas vezes, que esperar, esperar e esperar e foi a propósito desses casos que ele pode elaborar a ideia de que o manejo do setting e, às vezes, da situação global do paciente, é mais importante do que a interpretação: “A psicanálise”, diz Winnicott, “não se resume a interpretar o inconsciente reprimido; é, antes, o fornecimento de um contexto profissional para a confiança, no qual esse trabalho possa ocorrer” (1986f, p. 89). Pode levar longo tempo até que o paciente, vagarosamente, incorpore a estabilidade oferecida e passe a confiar na consistência e confiabilidade da situação analítica, incluído o comportamento do analista. Algumas vezes, diz Winnicott:

O analista precisa esperar um tempo muito longo; e, no caso que é mal escolhido para a psicanálise clássica, é provável que a consistência do analista seja o fator

mais importante (ou mais importante do que as interpretações) porque o paciente não experimentou tal consistência no cuidado materno na infância e, se tiver de utilizar essa consistência, terá que encontrá-la pela primeira vez no comportamento do analista. (1960c, p.39)

NOTAS

¹ Este artigo, corrigido e atualizado para a presente publicação foi publicado originalmente com o título “A ilusão originária”, Ed. 5 da Coleção Memória da Psicanálise, número sobre Winnicott, 2ª edição revista e atualizada (Revista *Mente&Cérebro*, Duetto Editorial, 2009), pp. 41-51.

² A palavra onipotência, usada para este estágio primitivo, descreve um traço essencial da dependência e significa que o bebê não sabe nada acerca da existência de si-mesmo ou do mundo externo. Não se deve confundir esse significado específico da experiência de onipotência na área da ilusão, característico do mundo subjetivo, com o sentimento de onipotência, relativo a um poder que desconhece limites e que justamente “pertence à desesperança em relação à dependência.” cf. Winnicott, 1971h, p.50.

³ Para um exame mais apurado da questão da confiabilidade no ambiente inicial e no *setting* analítico, ver Dias 1999.

REFERÊNCIAS

DIAS, E. O. 1999: “Sobre a confiabilidade: decorrências para a prática clínica”. *Natureza Humana Revista de filosofia e psicanálise* v. I, n. 2, p.283-322, São Paulo, Educ.

BERNARDO Soares 1930: *Livro do Desassossego*, In: Fernando Pessoa 1986 *Obra poética e em prosa*, 3 volumes Porto Alegre: Lello & Irmão.

PESSOA, Fernando 1999: *Correspondência (1905-1922)*, Lisboa: Assírio & Alvim.

GOMBROWIZ, Witold 1973: *Ferdydurke* Paris: Christian Bourgois Éditeur.

PONTALIS, J-B 1988: *O amor dos começos*. Rio de Janeiro: Globo.

SECHEHAYE, M. A. 1988: *La realización Simbólica y Diario de uma esquizofrénica*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

WINNICOTT, Donald W. 1948b: “Pediatria e psiquiatria”, In: Winnicott 1958a.

WINNICOTT, Donald W. 1951d: “Marion Milner: Nota crítica de *On Not Being Able to Paint*”, In: Winnicott 1989a (W19).

WINNICOTT, Donald W. 1958a: *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

WINNICOTT, Donald W. 1960c: “Teoria do relacionamento paterno-infantil”, In: Winnicott 1965b.

WINNICOTT, Donald W. 1963c: “Os doentes mentais na prática clínica”, In: Winnicott 1965b.

WINNICOTT, Donald W. 1963d: “Moral e educação”, In: Winnicott 1965b.

WINNICOTT, Donald W. 1965b: *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

WINNICOTT, Donald W. 1965j: “Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos”. In: Winnicott 1965b.

WINNICOTT, Donald W. 1965vd: “Distúrbios psiquiátricos e processos de maturação infantil”, In: Winnicott 1965b.

WINNICOTT, Donald W. 1966c :”Dissociação revelada numa consulta terapêutica”, In: Winnicott 1984a.

WINNICOTT, Donald W. 1968d: “A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências, In: Winnicott 1987a.

WINNICOTT, Donald W. 1971a: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

WINNICOTT, Donald W. 1971h: “Sonhar, fantasiar e viver: uma história clínica que descreve uma dissociação primária”, In: Winnicott 1971a.

WINNICOTT, Donald W. 1971g: “A criatividade e suas origens”, In: Winnicott 1971 a.

WINNICOTT, Donald W. 1974: “O medo do colapso”, In: Winnicott 1989a.

WINNICOTT, Donald W. 1984a: *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WINNICOTT, Donald W. 1984b: “Ausência do sentimento de culpa”, In: Winnicott 1984a.

WINNICOTT, Donald W. 1984i: “Variedades de psicoterapia”, In: Winnicott 1984a.

WINNICOTT, Donald W. 1986b: *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WINNICOTT, Donald W. 1986f [1970]: “A cura”, In: Winnicott 1986b (W14).

WINNICOTT, Donald W. 1986h: [1970]: “Vivendo de modo criativo”, In: Winnicott 1986b.

WINNICOTT, Donald W. 1987a: *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WINNICOTT, Donald W. 1987b: *O gesto espontâneo*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

WINNICOTT, Donald W. 1988: *Natureza humana* Rio de Janeiro: Imago, 1990.

WINNICOTT, Donald W. 1989a: *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

WINNICOTT, Donald W. 1996c: [1966]: “Autismo”, In: Winnicott 1996a.